



COLABORAÇÃO ESPECIAL

GUERRAS E MASSACRES: O GENOCÍDIO DOS POVOS INDÍGENAS NO VALE DO CRICARÉ

Izabel Maria da Penha Piva

Mestre em História Social pelo Programa de Pós-Graduação em História Social das Relações Políticas da Universidade Federal do Espírito Santo (UFES) e docente na Rede Estadual em Nova Venécia.

Rogério Frigerio Piva

Graduado em História pela Universidade Federal do Espírito Santo (UFES), membro do Instituto Histórico e Geográfico do Espírito Santo (IHGES) e professor de História na rede municipal em Nova Venécia.



Índios Botocudos do Rio Doce. Índigena segurando um arco acompanhado de outros dois que observam. Foto: Walter Garbe, 1909. Acervo: APEES

Povos originários: os primeiros habitantes do norte do Espírito Santo

O território do atual estado do Espírito Santo possui vestígios de ocupação humana que foram datados de pelo menos sete milênios atrás. Sendo a Arqueologia responsável por desvendar os mistérios que envolvem a vida dos povos originários nestas terras, é um consenso de que aqui viveram grupos humanos que pertenciam a dois troncos linguísticos: o Tupi-Guarani e o Macro-Gê.

Dentro da população destes troncos linguísticos é possível reconhecer quatro grupos que circularam no estado; os Tupi-Guarani, os Puri-Coroado, os Maxacali, Pataxó e Malali e os Gê ou Borum (denominados primitivamente de Aimorés e depois de botocudos em referência aos adornos que usavam nas orelhas e nos lábios).

Aqui no norte do Espírito Santo, há aproximadamente 6.500 anos antes do tempo presente, a faixa

litorânea e algumas das bacias hidrográficas já eram povoadas. Entre 2.500 e 1.500 anos atrás se registram os primeiros indícios de agricultura e cerâmica nos povos primitivos que viviam em nosso litoral. A tradição ceramista encontrada próxima à foz do Rio Cricaré faz referência aos povos Tupi-Guarani, que com o advento do colonizador europeu há mais de 500 anos, sofreu um intenso processo de aculturação e se miscigenou. Hoje, alguns de seus descendentes ainda resistem mantendo suas origens no município de Aracruz.

Outro grupo indígena com presença marcante em nossa região, a partir do século XVIII, e que resistiu até as primeiras do século passado, à colonização deste território, foi o dos Gê ou Borum, que eram denominados de botocudos ou aimorés.

Ainda podemos citar os Maxacali, os Pataxó e os Malali, que viviam nas regiões próximas ao Cricaré. Já no sul do estado estavam presentes os Puri-Coroado. Mas, e nas terras que originaram o atual município de Nova Venécia, que povos indígenas viviam?

Os indígenas no “sertão” do Cricaré

Registros arqueológicos indicam que o território do município de Nova Venécia, localizado ao centro da região norte do Espírito Santo, já era habitado há mais de 500 anos antes do presente. Recentes (e ainda inéditas) descobertas de sítios arqueológicos nessa região futuramente poderão levantar o véu sobre esse período de nossa História.

Contudo, sabemos que em 1911, o Inspetor do recém-criado Serviço de Proteção dos Índios e Localização de Trabalhadores Nacionais (SPILTN) no Espírito Santo, Antônio Martins Viana Estigarríbia, esteve na região do atual município de Nova Venécia para implantar um posto de atração com o objetivo de “pacificar” os indígenas que, naquele momento, estavam em conflito com fazendeiros e colonos, nada diferente do que vemos hoje nos noticiários, com relação à região amazônica, mais de 100 anos depois.

Ele identificou grupos de caçadores-coletores nômades que ainda habitavam a região, destacando três: os **Giporok** que circulavam na região entre o braço sul (rio Cricaré) e o braço norte (rio do Norte ou Cotaxé) do rio São Mateus; os **Angrêtes** ou **Coroados** que habitavam a região ao sul do braço sul (rio Cricaré), o que abrangia a região da atual APA da Pedra do Elefante, e o terceiro (infelizmente, naquele momento já dado como extinto), os **Pip-Nuk** que, segundo informava, foram aldeados na região que hoje leva seu nome e posteriormente dizimados pelo grupo rival dos Giporok.

O Inspetor Estigarríbia ainda acrescentou que Pip-Nuk¹ era o nome de seu chefe e que todos esses

1 Segundo uma tradição oral da região, “Pip-Nuk” também fazia referência ao último “capitão” = líder guerreiro, chefe do grupo. Um “Vocabulário” publicado na Revista do IHGCS nº 07 do ano de 1934, entre as páginas 43 e 47, apresenta o significado de Pip-Nuk (também grafado como Pipnuc, Pip-nuck ou Pipenuque) que não seria uma palavra, mas uma expressão na língua borum significando “eu não vi” ou simplesmente “não ver”. A mesma tradição oral afirmava que esse guerreiro seria tão ágil em suas investidas que dificilmente era visto por seus adversários antes do combate. A oeste de Nova Venécia abrangendo também o atual município de Vila Pavão, um conjunto de formações graníticas (montanhas ilhas) foi denominado na cartografia do início do século

grupos pertenciam à nação dos **Aimorés**.

Aproximadamente 45 anos antes de Estigarríbia fazer estes apontamentos, o geólogo Charles Frederick Hartt visitou a região do Rio São Mateus e nos deixou importante documento etnográfico onde descreveu os aimorés ou botocudos como de cor morena clara, que se pintavam com tintas feitas com urucum e jenipapo e não praticavam a agricultura como outros povos. Além dos botoques, usavam em seus corpos colares feitos de sementes e dentes de animais.

As armas mais utilizadas por esse grupo indígena eram o arco e a flecha, e seus chefes eram guerreiros escolhidos por sua força e valentia, sendo que o nome desse indivíduo era dado ao grupo, caso dos Pip-Nuk.

Faziam seus ranchos na floresta com folhas de palmeiras, instalavam fogueiras ao centro e utilizavam cuias e cabaças para preparar alimentos. Sua alimentação era constituída de sementes, frutos e raízes. Com a chegada dos colonizadores também se alimentavam de milho, bananas e mandiocas, que pegavam nas fazendas. Em relação à carne, preferiam macacos, como também onças, tamanduás, jacarés, lagartos e até jiboias, além de aves como mutuns e jacupembas e seus ovos. Ainda por meio de flechas ou raízes, atordoavam os peixes, facilitando a pesca.

Os botocudos adotavam a monogamia como constituição familiar, no entanto as mulheres eram subjugadas aos seus companheiros e responsáveis pelas crianças. Quanto à religiosidade, acreditavam em espíritos bons e um maligno, que Hartt traduz da língua borum como “Janchon”, que era muito temido por todos, a ponto de enterrarem seus mortos sob uma fogueira para que esse espírito não os levassem.

A riquíssima cultura desses povos se perdeu

xx como “Serra do Pipinuque”. Pelo que nos foi possível avaliar, o uso toponímico da expressão borum “Pip-Nuk” só existe em Nova Venécia no norte do Espírito Santo, identificando atualmente, um trecho do vale do Rio Cricaré logo acima da cidade e se destacando como uma das principais heranças dos povos originários nas atuais terras venecianas.

com o genocídio e etnocídio praticado contra eles em nossa região. Atualmente identificamos raras reminiscências dos povos originários em nosso processo cultural. Alguns hábitos alimentares, a prática do banho diário, a toponímica regional e outras permanências nos indicam que temos muito a descobrir sobre as raízes indígenas em nós.

A conquista: genocídios e escravização

A chegada de Vasco Fernandes Coutinho, o primeiro donatário da Capitania do Espírito Santo, em 1535, marcou o início da conquista e colonização do atual estado e representou um apocalipse para os povos indígenas que aqui viviam. Estes perderam seu território, sua cultura, foram massacrados, torturados, mortos e, principalmente, esquecidos no processo complexo que é a formação do povo brasileiro. No norte da antiga capitania, o mais documentado conflito ocorrido no século XVI, foi travado próximo à foz do Rio Cricaré, no início do ano de 1558, entre portugueses e os tupi.

1558: a batalha do Cricaré

No início da segunda metade do século XVI, com o avanço da conquista e colonização pelo litoral, as águas do nosso manso Cricaré (Kiri-kerê na língua tupi) tornaram-se rubras com o sangue daqueles que resistiam à escravidão e invasão de seus territórios. Tudo teve início com o agravamento do conflito com os indígenas dos arredores da Vila de Nossa Senhora da Vitória (atual Vitória) onde o donatário Vasco Coutinho, temendo ser derrotado, solicitou auxílio ao Governo Geral, na cidade de São Salvador (Bahia) a primeira capital do Brasil.

Recém-chegado, Mem de Sá, assumindo como 3º Governador-Geral do Brasil, enviou seu filho, Fernão de Sá, no comando de seis embarcações e de aproximadamente 200 homens. Este, no entanto,

com o objetivo de obter escravos tupis resolveu atacar três aldeias fortificadas (mareriques - fortalezas) construídas na região do rio Cricaré, retardando sua ida para Vitória. Os índios defenderam-se, porém foram derrotados nas duas primeiras, e seriam na terceira, se Fernão de Sá, estranhamente esquecido por seus companheiros e sem pólvora, não fosse flechado por eles, morrendo com mais cinco que ficaram ao seu lado na margem do rio. Dalí, a esquadra agora sob o comando de Diogo de Morim, seguiu para Vitória onde a situação já estava controlada e depois para São Vicente (no litoral de São Paulo), onde venderam como escravos, os indígenas aprisionados.

Mem de Sá, relatando o conflito para coroa portuguesa afirmava que haviam “*mortos tantos e tam principaes*” que não se levantariam por muito tempo, o que nos dá a dimensão do genocídio ocorrido naquele momento. Hoje a denominada “Batalha do Cricaré” figura entre os primeiros conflitos entre os povos originários e os portugueses em terras brasileiras e deixa claro o motivo dessas guerras: conquista territorial e a escravização dos indígenas.

1808: a guerra contra os Botocudos

Nos séculos seguintes, não somente a guerra, mas também doenças e a ação dos jesuítas com suas reduções, em especial o Aldeamento de Reis Magos (atual Nova Almeida), irão apagando a presença tupi no litoral do norte capixaba a ponto de se acreditar, em meados do século XIX, que os indígenas envolvidos no conflito de 1558 eram os aimorés. Estes, porém desde fins daquele século, se movimentavam da região que hoje é o sul da Bahia em direção ao norte do Espírito Santo e leste de Minas Gerais chegando ao litoral e até os arredores de Vitória, depois se consolidando nos vales dos rios Doce, Cricaré e Mucuri, onde disputavam espaço com Maxacali e Pataxó e resistiram bravamente até o século XX à invasão e conquista de seu território. Apesar dos Aimorés terem permanecido com essa denominação até a atualida-



Índios Botocudos do Rio Doce utilizando técnica milenar para fazer fogo. Foto: Walter Garbe, 1909. Acervo: Biblioteca Nacional (Brasil).

de na região do Vale do Cricaré, foi no século XVIII que outra denominação genérica e até pejorativa começava a se difundir: botocudos! Além dela, os termos “tapuia” ou “bugre” também foram muito utilizados por aqui.

Com a chegada da família real portuguesa ao Brasil, em 1808, o príncipe regente, objetivando a colonização do território indígena decreta “Guerra Justa” aos Botocudos. E os conflitos, que já eram comuns, se intensificaram a partir dessa época. José Marcelino P. de Vasconcellos, sem nos dar muitos detalhes, registrou que, em 1832, uma invasão dos Botocudos à então “Villa de São Matheus” destruiu lavouras e deixou pelo menos 140 indígenas mortos, infelizmente o autor não esclarece os motivos, mas não é difícil imaginar. Quase três séculos depois, o genocídio indígena continuava, agora não mais com os tupis, mas com os macro-gês (botocudo/borum).

Nessa época a escravização do indígena já havia sido substituída pela dos africanos e seus descendentes, porém, como denunciou Teófilo Otoni em 1858,

o rapto das crianças (kurukas na língua borum), em especial meninas que eram abusadas sexualmente, era, na maioria das vezes, a causa dos ataques daqueles que queriam somente recuperar os filhos. Mercenários eram então contratados por fazendeiros para “matar uma aldeia” (gíria da época) onde, atacando de surpresa, assassinavam com crueldade os adultos e levavam as crianças que seriam criadas nas fazendas, sendo disfarçadamente entregues à servidão longe de seu povo.

Entre 1847-1848 foi assassinado traiçoeiramente, no sertão de Itaúnas, o cacique Jiporok, com o qual Otoni havia firmado amizade há menos de um ano, ele e mais 14 de sua tribo foram mortos por um “cristão chamado Salles”. Este guerreiro provavelmente deu origem ao grupo que foi contatado em 1911 pelo Serviço de Proteção ao Indígena em Nova Venécia. Otoni ainda registrava que na Comarca de São Matheus, por volta da década de 1850, um militar comandante do destacamento, já de idade avançada e pessoa muito estimada, que por respeito à família não

revelou a identidade, após atacar indígenas no sertão, “trouxe para São Mateus o asqueroso despojo de 300 orelhas, que mandou amputar aos selvagens assassinados”.

Conflitos na região de Nova Venécia

Apesar de algumas tensões, o início da colonização de Nova Venécia não registrou inicialmente massacres. Pelo menos não no início. Há referências de que o fazendeiro e major da Guarda Nacional, senhor Antônio Rodrigues da Cunha era fluente na língua borum e, enquanto viveu, manteve relações pacíficas com os indígenas do território que hoje compreende Nova Venécia. Porém, após a sua morte em 1893, as coisas começaram a mudar.

Quando, em 1911, o militar Antônio Estigarríbia, inspetor do recém-criado Serviço de Proteção ao Indígena e Localização dos Trabalhadores Nacionais (SPILTN) visitou a região que hoje é Nova Venécia, encontrou algumas situações de tensão entre os colonos italianos e cearenses e os Giporok na região do Pip-Nuk e entre os fazendeiros e os Angrêtes no sul da hoje APA da Pedra do Elefante, onde descreve em seu relatório publicado em 1912 da seguinte forma: “O que muito se teme, e que se deu por duas vezes, ha 12 e ha 6 annos, é a sahida dos coroados (angrêtes). Estes índios estão, em guerra e tem razão para isso. Não só com os colonos, como principalmente com o engenheiro Antônio dos Santos Neves, proprietário da Fazenda da Neblina, tiveram luctas em que perderam alguns dos seus. A lucta com esse engenheiro se deu a 12 annos (1900); mais recentemente flecharam um seu parente. Felizmente ela ficou por aí”. Esse “parente” era o cunhado do Dr. Antônio Neves, Sr. Eleosippo Rodrigues da Cunha, figura política de grande influência, filho do major Antônio Rodrigues da Cunha.

Naquele mesmo ano de 1912, em um segundo relatório, ele descrevia que os Giporok aldeados no ano anterior no Posto Indígena dos Aimorés, na barra do rio Muniz Freire (entre Luzilândia e São Gonçalo), foram em parte “dezimados pela molestia súbita” que,

ao que tudo indica, seria a varíola.

Séculos haviam se passado desde os primeiros conflitos, porém guerra e doenças ainda eram utilizadas para o extermínio destes povos. E isso, infelizmente, continua em pleno século XXI por esse nosso Brasil afora. Aqui o genocídio e o etnocídio foram tão intensos que se quisermos visitar alguma terra indígena e conhecer seu povo, ou vamos a Aracruz (ES) e visitamos remanescentes dos Tupinikim, ou vamos a Resplendor (MG) para encontrar os Krenak. Da presença de Tupinambás, Pip-Nuks, Giporoks e Angrêtes, dentre inúmeros outros povos, só restou a memória de nossos índios mortos, a quem dedicamos estas poucas linhas.

Referências

ESTIGARRÍBIA, Antônio M. V. **Trecho de um relatório apresentado pelo inspetor Antônio Estigarríbia, a directoria do Serviço de Proteção aos Índios, no ano de 1912, relativamente aos índios do Rio Doce**. In: Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Espírito Santo. Nº 7. Vitória: Vida Capichaba, 1934.

ESTIGARRÍBIA, Antônio M. V. **Serviço de protecção aos indios e localização de trabalhadores nacionaes**. In: O Diário. Ano VII, Nº 297, 31/10/1912, p. 1 e Nº 298, 01/11/1912, p. 1 e 2. Vitória: Oficinas d'O Diário. – Hemeroteca Digital Brasileira – Biblioteca Nacional (RJ).

HARTT, Charles F. **Geologia e Geografia Física do Brasil**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1941.

HASSE, Geraldo, KOGURE, Linda e ALJEUS, Abmir. Suplemento especial Documento Estado: nº 1 – **Os sete milênios dos antigos donos desta terra**. Jornal A Gazeta. Vitória, 1992.

OLIVEIRA, José T. de. **História do Estado do Espírito Santo**. 3ª ed. Vitória: APEES/SECULT, 2008.

OTONI, Teófilo. **Notícia sobre os selvagens do Mucuri**. Belo Horizonte: UFMG, 2002.

PIVA, Izabel M. da P. e PIVA, Rogério F. **À Sombra do Elefante: a Área de Proteção Ambiental da Pedra do Elefante com guardiã da História e Cultura de Nova Venécia (ES)**. Nova Venécia: Edição dos Autores, 2014.

VASCONCELLOS, José M. P. de. **Ensaio sobre a História e Estatística da Província do ES**. Vitória: Typ. de P. A. D'Azeredo, 1858.

